A FORMAÇÃO CONTINUADA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFISSIONAL DE APOIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Danyelle Cristina Caixeta Lopes ALMEIDA, Helena de Ornellas Sivieri PEREIRA
danyelleccalmeida@gmail.com,

helena.pereira@uftm.edu.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Eixo 9 - Formação e profissionalização docente
Financiamento: CNPq

Resumo

O presente trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sobre a formação continuada e a construção de identidade do Profissional de Apoio Escolar na Educação Infantil. Considerando sua crescente atuação no ambiente educacional e as lacunas existentes quanto à sua formação continuada. Busca-se analisar e compreender como ocorre a formação continuada e o processo de construção da identidade dos Profissionais de Apoio Escolar da Educação Infantil de uma escola pública municipal da cidade de Uberaba/MG. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa adota abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso em uma escola pública municipal de Uberaba/MG. Os dados serão construídos por meio de análise documental das formações continuadas ofertadas pelos órgãos formadores do município, bem como por entrevistas semiestruturadas com Profissionais de Apoio Escolar. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, garantindo o cumprimento dos princípios éticos que envolvem estudos com seres humanos. Espera-se que esse estudo contribua para desvelar e problematizar as ações formativas dos Profissionais de Apoio Escolar, no que se refere à Educação Inclusiva no âmbito infantil, evidenciando suas implicações na construção da identidade desses profissionais.

Palavras-chave: Profissional de Apoio Escolar. Formação continuada. Identidade profissional. Educação Infantil

1. Introdução

A crescente demanda por uma educação inclusiva tem evidenciado a necessidade de atendimento individualizado às crianças Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), especialmente na Educação Infantil. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos Profissionais de Apoio Escolar (PAE), responsáveis por contribuir para a eliminação de barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a aprendizagem desses alunos.

No campo normativo, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, ao instituir as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, reafirma o direito à matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns desde a Educação Infantil até o ensino médio (Brasil, 2001), consolidando princípios da educação inclusiva.

A presença do PAE nas escolas brasileiras foi intensificada de forma não sistematizada a partir dos anos 2000. Posteriormente, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), tornou-se obrigatória a oferta de apoio escolar em instituições públicas e privadas, a fim de garantir suporte aos alunos PAEE em suas necessidades de alimentação, higiene, locomoção, entre outras.

Entretanto, a trajetória histórica e legislativa acerca desses profissionais foi marcada por lacunas que impactaram diretamente sua atuação no contexto educacional, podendo ser evidenciadas na indefinição de atribuições, diversidade de nomenclaturas e falta de clareza quanto à formação adequada. Estudos da área indicam fragilidades normativas que têm contribuído para a ocorrência de desvios de função, precarização das condições de trabalho e desvalorização profissional, comprometendo a efetividade das políticas de inclusão.

Nessa perspectiva, pontua-se que essas fragilidades atravessam os Profissionais de Apoio Escolar em sua dimensão profissional e pessoal, influenciando a forma como se percebem, posicionam e constroem sentidos sobre sua atuação no contexto educacional. Nesse cenário, a formação continuada assume papel central ao proporcionar a reflexão sobre a prática, a ressignificação das experiências e o fortalecimento da atuação profissional.

Contudo, apesar da importância dessa temática, ainda são pouco explorados estudos que busquem, através da escuta ativa desses profissionais, compreender como se articulam as experiências, percepções e vivências no que se refere à formação continuada e à construção de sua identidade profissional, especialmente na Educação Infantil.

Desta forma, a pesquisa aqui mencionada busca analisar e compreender como ocorre a formação continuada e o processo de construção da identidade dos Profissionais de Apoio Escolar da Educação Infantil de uma escola pública municipal de Uberaba/MG.

2. Fundamentação teórica

A compreensão da formação continuada como elemento central na construção da identidade dos profissionais da educação parte do reconhecimento de que o sujeito está em constante processo de formação. Nesse sentido, Zabalza (2004) compreende que a formação é um processo integral, que articula conhecimentos, habilidades e valores, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional do sujeito.

Em diálogo com essa perspectiva, António Nóvoa (1992, p. 16) afirma que a construção da identidade "passa sempre por um processo complexo graças ao qual cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional", evidenciando que formação e identidade se constituem de maneira indissociável ao longo da trajetória profissional.

Nessa mesma direção, Kenneth Zeichner (2008) defende uma formação pautada na reflexão crítica, que supera perspectivas técnicas e reprodutivas, proporcionando o desenvolvimento de profissionais capazes de pensar criticamente, posicionar-se de forma ativa e autônoma, compreender seu papel social e atuar de forma comprometida com a transformação da realidade.

Em contribuição ao exposto, Maurice Tardif (2014) destaca que, para compreender uma profissão, é necessário considerar o ponto de vista de quem a exerce, uma vez que os profissionais não são meros executores, mas sujeitos ativos que, a partir de suas experiências pessoais e profissionais, constroem saberes e atribuem sentidos à própria prática.

Ao direcionar o olhar para a atuação do PAE, estudos desenvolvidos por Bezerra (2020), Lopes e Mendes (2023), Kokkonen e Rodrigues (2025), Torres et al. (2025) apontam para a urgente necessidade de políticas públicas que possam preencher as lacunas que atravessam o cotidiano desses profissionais, fragilizando seu processo formativo e a construção de sua identidade.

As pesquisas de Lopes e Mendes (2023) e Torres et al. (2025) apontam que a atuação desses profissionais é frequentemente caracterizada por desvios de função, nos quais assumem responsabilidades que não condizem com as definições legais, gerando conflitos entre o que é previsto e o que é praticado. Nesse contexto, é possível que sua identidade profissional se constitua de forma fragmentada, ao assumir diferentes papéis, como o de professor, cuidador, agente de saúde, dentre outros. Neste aspecto, Bezerra (2020) ressalta a precarização das condições de trabalho do PAE ao observar em seus estudos que tal profissional assume atribuições equivalentes às de um professor especializado como estratégia econômica dos serviços públicos.

Além disso, observa-se uma diversidade de nomenclaturas atribuídas a esses profissionais. Bezerra (2020) e Kokkonen e Rodrigues (2025) ressaltam que, embora a Lei

Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) busque consolidar a nomenclatura “Profissional de Apoio Escolar”, o texto legal deixa margem para variadas interpretações ao pontuar esse profissional como aquele que “atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária” (Lei n. 13.146, 2015, art. 3º, XIII). Tal abertura aponta para uma disparidade de termos que produzem sentidos ambíguos quanto à relação do profissional com o aluno e deixam subentendido o seu papel no contexto escolar.

Os autores também evidenciam a ausência de clareza nas normativas legais acerca do grau de formação para a ocupação do cargo, dando autonomia para cada sistema de ensino criar seus próprios requisitos de contratação. Em consequência, o PAE, muitas vezes sem preparo específico e sem uma base formativa estruturada, atua no contexto escolar recorrendo à própria intuição ou às experiências do cotidiano, construindo sua identidade profissional de forma improvisada e imediatista.

Outro aspecto relevante, refere-se ao fenômeno da judicialização da educação especial, evidenciado nos estudos de Haas et al. (2024) e Tibyriçá e Mendes (2023). Nesse contexto, a presença do PAE no ambiente escolar é determinada por decisões judiciais fundamentadas em laudos médicos, desconsiderando avaliações pedagógicas da escola, reforçando perspectivas capacitistas e individualizantes. Tal processo restringe a atuação desse profissional à função de controlar o comportamento da criança atípica.

Diante desse cenário, evidencia-se que a construção da identidade do Profissional de Apoio Escolar ocorre de forma tensionada, influenciada por contradições entre as normativas legais, as práticas institucionais e as condições de trabalho. Assim, a formação continuada assume papel ainda mais relevante, ao se configurar como espaço potencial de reflexão, ressignificação da prática e fortalecimento profissional, contribuindo para a construção de uma identidade mais consistente, mesmo em contextos marcados por indefinições.

3. Procedimentos metodológicos

Com abordagem qualitativa, a pesquisa se desenvolverá como um estudo de caso e fará a articulação de diferentes fontes de construção de dados. Para Stake (1995 p. 11), o estudo de caso qualitativo é um “estudo da particularidade e complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua atividade dentro de circunstâncias importantes”, logo, seu interesse está em compreender de forma aprofundada uma realidade específica sem produzir generalizações.

Para construção dos dados, a entrevista semiestruturada será utilizada com o objetivo de compreender as percepções dos profissionais de apoio acerca da formação continuada recebida e sua relação com a construção da identidade profissional. Conforme DiCicco-Bloom e Crabtree (2006, p. 315), a entrevista semiestruturada é comumente

“organizada em torno de um conjunto de questões abertas pré-determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado”. As demais questões que complementam a entrevista objetivam o esclarecimento e a coleta de informações de forma detalhada sobre particularidades do relato do participante (Mcgrath; Palmgren; Liljedahl, 2019).

Paralelamente, será desenvolvida uma análise documental, tendo como foco propostas formativas do município, legislações nacionais e municipais relacionadas às formações do PAE.

A análise dos dados, tanto das entrevistas quanto dos documentos, será realizada com base na técnica de análise por tematização, conforme proposta de Fontoura (2011). Inicialmente, será realizada uma leitura atenta e flutuante de todo o material, buscando uma compreensão global dos dados. Em seguida, serão destacados os trechos considerados relevantes, a partir dos objetivos da pesquisa, como ideias-chave presentes nas falas dos participantes e nos documentos analisados.

Na próxima etapa, os elementos destacados serão organizados e agrupados por semelhança, pertinência e recorrência, possibilitando a construção de categorias temáticas. Para a constituição dessas categorias, considera-se princípios como coerência interna, exaustividade e exclusividade.

Posteriormente, serão definidas as unidades de análise, diferenciando-as por unidades de contexto, que se referem aos trechos mais amplos das entrevistas e dos documentos, e unidades de significado, que compõem palavras ou expressões que sintetizam os sentidos atribuídos ao fenômeno investigado. Esses elementos serão sistematizados em quadros para análises, favorecendo a organização e o tratamento dos dados.

Por fim, será realizada a interpretação dos dados, articulando as categorias temáticas construídas com o referencial teórico adotado no estudo. Esse processo será orientado por uma perspectiva reflexiva, buscando compreender tanto as experiências e percepções dos profissionais, quanto as diretrizes presentes nos documentos analisados.

A integração entre as diferentes fontes de dados irá possibilitar a realização de uma análise mais ampla do fenômeno investigado, permitindo estabelecer relações entre as práticas formativas ofertadas pelo órgão municipal e os sentidos atribuídos pelos profissionais à sua formação e atuação, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da construção da identidade profissional desses sujeitos.

4. Conclusões

A pesquisa em desenvolvimento parte do entendimento de que a formação continuada influencia diretamente a construção da identidade dos Profissionais de Apoio Escolar, especialmente pelo contexto marcado por indefinições legislativas, fragilidades formativas e desafios relacionados à efetivação da inclusão escolar em que estão inseridos. Nesse sentido, busca-se compreender como as políticas públicas de formação continuada se articulam às experiências, percepções e práticas desses profissionais em seu cotidiano.

Espera-se que a pesquisa contribua para a identificação de fragilidades e lacunas nas ações formativas do contexto investigado e ofereça subsídios que possam colaborar para o aprimoramento das políticas públicas, aproximando-as das necessidades reais dos profissionais e favorecendo práticas mais efetivas no atendimento às crianças Público-Alvo da Educação Especial.

Além disso, espera-se que aos participantes da pesquisa seja proporcionado um espaço de reflexão acerca de suas trajetórias formativas, experiências profissionais e processos de construção identitária, incentivando a análise crítica de suas práticas, potencialidades e desafios. Tal movimento poderá favorecer o fortalecimento profissional, a ampliação do autoconhecimento e a busca por novas possibilidades de formação e aperfeiçoamento, contribuindo para práticas pedagógicas mais qualificadas, acolhedoras e inclusivas.

Por fim, ao articular a análise das políticas públicas de formação continuada às percepções dos Profissionais de Apoio Escolar, a pesquisa poderá contribuir para futuras discussões acadêmicas e institucionais acerca da formação e valorização desses profissionais, oferecendo novas perspectivas para a consolidação de uma Educação Inclusiva mais equitativa, crítica e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

5. Principais referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 26, n. 4, p. 673-688, out./dez. 2020.

Dicicco-Bloom, B.; Crabtree, B. F. The qualitative research interview. Medical Education, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006.

FONTOURA, Helena Amaral da. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: FONTOURA, H. A. (Org.) Formação de professores e diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa. Niterói: Intertexto, 2011.

HAAS, C., BAPTISTA, C. R., & FREITAS, C. R. de. (2024). Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial. Cadernos De Pesquisa, 54, e10545. https://doi.org/10.1590/1980531410545

KOKKONEN, Roselaine Luzitana Fracalossi; RODRIGUES, Marlene. Profissional de apoio escolar ou cuidador? uma reflexão sobre essas nomenclaturas no estado de Rondônia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 51, e282388, p. 1-21, 2025.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, e280081, 2023.

MCGRATH, C.; PALMGREN, P. J.; LILJEDAHL, M. Twelve tips for conducting qualitative research interviews. Medical Teacher, v.41, n.9, p.1002-1006,2019.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TORRES, Josiane Pereira *et al*. Acompanhantes e/ou professores? A personificação da Educação Especial nas escolas regulares mineiras. *E*nsaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 33, n. 129, e0254962, 2025.

TIBYRIÇÁ, Renata Flores; MENDES, Enicéia Gonçalves. O modelo social da deficiência e as decisões do tj/sp: análise a partir de demandas por profissional de apoio. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 29, e0142, 2023.

STAKE, Robert E. The Art of Case Study Research. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

ZABALZA, Miguel. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a "reflexão" como conceito estruturante na formação docente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, p. 535-554, maio/ago. 2008.